



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA)
Departamento de Serviço Social (DESSO)

José Silvério Barbosa Nascimento

O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Mariana/MG
Fevereiro 2024

José Silvério Barbosa Nascimento

O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro (UFOP) como requisito parcial à obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Viviane Suelen Pinto Campos Zambaldi

Mariana/MG
Fevereiro 2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

N244t Nascimento, Jose Silverio Barbosa.
O Trabalho na Contemporaneidade. [manuscrito] / Jose Silverio
Barbosa Nascimento. - 2024.
51 f.

Orientadora: Profa. Viviane Suelen Pinto Campos Zambaldi.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Capitalismo. 2. O Contemporâneo. 3. Trabalho. I. Zambaldi, Viviane
Suelen Pinto Campos. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 331.1

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

José Silvério Barbosa Nascimento

O trabalho na contemporaneidade

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 22 de fevereiro de 2024

Membros da banca

M^a. Viviane Suelen Pinto Campos Zambaldi - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Dr.^a Isis Silva Roza - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

M^a. Jussara de Cássia Soares Lopes - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Viviane Suelen Pinto Campos Zambaldi, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 28/02/2024



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Suelen Pinto Campos Zambaldi**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 28/02/2024, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isis Silva Roza**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 28/02/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0675171** e o código CRC **0D372E21**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha esposa Maria da Penha, minha orientadora e professora Viviane Zambaldi e a Deus. E pelo apoio da banca examinadora: Professoras Isis Roza e Jussara Lopes.

O trabalho não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades.
(Karl Marx)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de serviço social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), intitulado "O trabalho na contemporaneidade", tem por objetivo compreender o trabalho na contemporaneidade, bem como a relação com o ser social, a sociedade capitalista e a "questão social". Para o desenvolvimento do estudo, recorreu-se como metodologia a revisão bibliográfica, sendo examinados, preferencialmente, produções recentes no campo crítico sobre trabalho e o capitalismo contemporâneo, além de acessar autores de referência no assunto, tais como: Karl Marx, Georg Lukács, Ricardo Antunes, José Paulo Netto, Marilda Iamamoto e Yolanda Guerra. O estudo demonstrou que o trabalho media a relação entre o homem e a natureza; que o sistema capitalista depende da exploração da força do trabalho para existir, ou seja, para gerar o capital e a mais valia; que o trabalho funda o ser social; que a "questão social" emerge da classe operária, na busca de respostas do Estado burguês, devido os problemas políticos, sociais e econômicos que permeiam a sociedade capitalista.

Palavras-chave: Trabalho, contemporaneidade, capitalismo.

ABSTRACT

This Course Completion Work (TCC) presented to the social service course at the Federal University of Ouro Preto (UFOP), entitled "Work in contemporary times", aims to understand work in contemporary times, as well as the relationship with being social, capitalist society and the social question. For the development of the study, a bibliographical review was used as a methodology, preferably examining recent productions in the critical field on work and contemporary capitalism, in addition to accessing reference authors on the subject, such as: Karl Marx, Georg Lukács, Ricardo Antunes, José Paulo Netto, Marilda Yamamoto and Yolanda Guerra. The study demonstrated that work mediates the relationship between man and nature; that the capitalist system depends on the exploitation of labor power to exist, that is, to generate capital and surplus value; that work founds the social being; that the social question emerges from the working class, in search of answers from the bourgeois State, due to the political, social and economic problems that permeate capitalist society.

Keywords: Work, contemporary times, capitalism.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Código de Ética Profissional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PEP	Projeto Ético Político
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. A PRODUÇÃO MATERIAL DA VIDA NA ORDEM DO CAPITAL	13
2.1. O trabalho como fundante do ser social	13
2.2 - O trabalho na ordem do capital.....	19
2.3. O trabalho e a “questão social”	25
3. O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE.....	34
3.1. O trabalho e o serviço social	44
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	50

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de serviço social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) consiste em um estudo que se propôs a analisar os desafios do trabalho na contemporaneidade.

O interesse por esta temática está relacionado com o conhecimento adquirido no percurso dos períodos e disciplinas do curso de serviço social, da UFOP.

O trabalho é a mediação entre o homem e a natureza. O homem transforma a natureza para suprir e atender suas necessidades. Além disso, o homem depende da natureza para sobreviver.

Através do sistema capitalista, o homem passa a fazer parte de uma classe (classe trabalhadora) a qual vende seu trabalho para a burguesia (classe dominante), entretanto não é meramente uma venda da força de trabalho, mas uma exploração dessa força, tendo em vista que o trabalhador produz mais do que precisa, afim de gerar capital e a mais valia, para o capitalista.

A pessoas que não são trabalhadores ativos, compõe o exército de reserva, que por sua vez, demandam de intervenção do Estado burguês para suprir o mínimo para sua sobrevivência.

O ponto de partida desse estudo foi a questão problema: Qual o papel do trabalho na sociedade contemporânea?

O objetivo da pesquisa é analisar a organização do trabalho na cena contemporânea capitalista. Objetivos específicos: Analisar os elementos fundantes de constituição do ser social. Compreender o surgimento e estruturação da “questão social” no modo de produção capitalista. Refletir sobre a relação trabalho e serviço social, a partir de duas dimensões: assistente social enquanto parte da classe trabalhadora e compromisso ético-político com a classe trabalhadora.

Espera-se através da revisão bibliográfica responder os questionamentos levantados.

A pesquisa de revisão bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. ainda segundo este autor, o estudo exploratório possibilita maior proximidade com o tema em questão, expandindo o conhecimento do pesquisador e permitindo aperfeiçoar e elucidar conceitos e ideias. no que tange o cunho descritivo, busca-se desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos (GIL, 2008, p.12).

A revisão de literatura realizada utilizou publicações indexadas no banco de dados eletrônicos Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os descritores utilizados para a busca de estudos foram: trabalho, contemporaneidade, ser social, “questão social”, capitalismo e serviço social. Também foram utilizados trabalhos científicos, textos e livros dos principais autores sobre o assunto: Karl Marx, Georg Lukács, Ricardo Antunes, José Paulo Netto, Marilda Iamamoto e Yolanda Guerra.

O estudo está dividido em dois capítulos. O primeiro busca elucidar a produção material da vida na ordem do capital, através de três subtítulos: o trabalho como fundante do ser social, o trabalho na ordem do capital, por fim, o trabalho e a “questão social”.

O segundo capítulo explana sobre o trabalho na contemporaneidade e a relação do trabalho e serviço social.

Nas considerações finais foram apresentadas as análises observadas em torno do tema pesquisado e os impactos do trabalho na vida do homem.

2. A PRODUÇÃO MATERIAL DA VIDA NA ORDEM DO CAPITAL

2.1. O trabalho como fundante do ser social

A existência da natureza é imprescindível para a existência da humanidade, sem ela não seria possível qualquer forma de sociedade (GOIS, 2015).

O homem vive em um mundo no qual sempre estará inserido em algum ou alguns sistemas. A natureza que é composta pelos seres inorgânicos (mundo mineral) e pelo seres orgânicos (animais e plantas), é um sistema importante para sobrevivência do ser humano (LESSA, 2006 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 02). Por vez, o homem, para Marx, é diferente da natureza, pois é um ser social, mas o homem não deixa de ser natural e de pertencer à natureza. Sendo assim, a natureza é a totalidade e o homem faz parte desta natureza (COLMAN; POLA, 2009).

Como ser biológico, [o homem] é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua autorrealização, que também implica, obviamente, nele mesmo um retrocesso das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, [o homem] ingressa num novo ser, autofundado: o ser social (LUKÁCS, 1981a, p. 23 *apud* BIZERRA, 2015, p. 03).

Sendo assim, compreende-se que não é possível o ser social existir sem a natureza.

Diferente do simples “tornar-se outro” próprio do reino inorgânico e, ainda, da reprodução biológica, a vida em sociedade vai muito além. Isso porque, à sua distinção, os atos de trabalho impulsionam os homens a desenvolver cada vez mais as potências físicas e mentais sem se tornarem, em momento algum, redutíveis à natureza, aos traços genéticos que o determinam enquanto exemplar de uma espécie. Pela mediação do trabalho, e em decorrência dos seus resultados objetivos e subjetivos, os homens vão se diferenciando da natureza e ascendendo à sua condição de ser genérico porquanto essa atividade possibilita o surgimento de categorias e processos sociais que predominam em relação à naturalidade orgânica (BIZERRA, 2015, p. 03).

Conforme Colman e Pola (2009) o ser humano enquanto ser social, passa a compreender que também é um integrante da natureza.

O homem, no entanto, não é apenas ser natural, mas ser natural humano, isto é, um ser que é para si próprio e, por isso, ser genérico [...] (MARX, 1974, p.47 *apud* COLMAN; POLA, 2009, p. 16). O homem faz parte da natureza, mas, ao mesmo tempo, é algo distinto dela, em contraposição ao

animal que se confunde com a própria natureza. A natureza é o corpo inorgânico do homem (COLMAN; POLA, 2009, p. 16).

O ser social depende do ser orgânico e inorgânico para existir, entretanto é o único ser capaz de pensar, idealizar e planejar de forma antecipada o que deseja, além disso, Marx afirma que o trabalho é o fundamento para a constituição do ser social (AMARAL, 2014).

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza (MARX, 2013, p. 255 *apud* AMARAL, 2014, p.01).

Partimos do pressuposto marxiano de que o trabalho é o “intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza”, é necessidade eterna do mundo dos homens, possuindo um caráter ontológico e retirando o homem de sua condição meramente biológica (GOIS, 2015).

O trabalho é o primeiro ato histórico dos homens objetivando satisfazer suas necessidades materiais de reprodução social. A base da existência do mundo dos homens reside na transformação da esfera do ser natural, por meio da utilização das propriedades do elemento natural. Este processo só é possível acontecer através de uma atividade consciente onde o homem produz elementos indispensáveis à sua vida. Portanto, infere-se que o trabalho possui um caráter ontológico, fundando assim o ser social e retirando o indivíduo de sua condição meramente biológica (GOIS, 2015, p.02).

Conforme Amaral (2014), o trabalho tem o papel de interlocutor entre o homem e a natureza, mas também é capaz de transformar ambos.

Ao converter a natureza em meios de subsistência ou de produção, o homem atua de forma consciente e intencional, controlando e executando sua ação através de seus membros corpóreos contra os elementos da natureza. Com efeito, surgem novas características na constituição de um ser que passa a dominar habilidades, desenvolver técnicas através de conhecimentos adquiridos no intercâmbio com meio natural (AMARAL, 2014, p.01).

O trabalho é uma ação do ser humano, pois primeiramente é concebida no plano das ideias e sua execução tem alguma finalidade (AMARAL, 2014).

O que diferencia o trabalho, do ponto de vista ontológico, de qualquer atividade natural desenvolvida por outros seres, é o ato do homem idealizar o resultado final do trabalho antes de sua objetivação. Ao converter a

natureza através de sua ação, o faz por meio de sua força física e de sua potência espiritual (MARX, 2013 *apud* AMARAL, 2014, p.01).

Marx (2013, p. 255-256 *apud* AMARAL, 2014, p. 02) assinala sobre o trabalho:

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.

Tal justificativa demonstra que o ser social depende do trabalho para existir (AMARAL, 2014).

O trabalho é protoforma do ser social. Em outras palavras, o legado onto-histórico de Marx assinala que é no e a partir do trabalho, pelo qual o homem produz na materialidade sua existência, que ele salta da natureza e supera seus limites naturais (LUKÁCS, 2012 *apud* AMARAL, 2014, p.02).

O trabalho produz bens materiais importantes para a existência do homem, através da modificação da natureza, permitindo os desdobramentos de transformações na base do ser. Com isso ele constitui-se no fundamento ontológico do ser social (AMARAL, 2014).

Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve as potências que nela se encontram latentes' e sujeita as forças da natureza a seu próprio domínio (LUKÁCS, 2012, p. 286 *apud* AMARAL, 2014, p.02).

Segundo Amaral (2014) o trabalho era executado para suprir às necessidades de sobrevivência do homem, entretanto, a capacidade do ser social em idealizar o resultado desejado, desencadeou o aprimoramento das habilidades desse ser.

O trabalho é o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo e transformação do meio natural. Nesse sentido, essa categoria na teoria marxiana participa do processo de humanização do

homem, transformando-se no modelo de toda a práxis social, realizando-se pela relação entre teleologia e movimentos de séries causais (LUKÁCS, 2012 *apud* AMARAL, 2014, p.02).

O processo histórico também é um fator relevante para compreender a relação do trabalho com o ser social:

Partindo de Marx e balizado por Lukács, consideramos que a história humana objetiva-se mediante o ato de produção de sua existência material, que se realiza pelo trabalho. Nisso, Marx posicionou a base do desenvolvimento histórico dos homens. O mundo objetivo é, em primeira instância, produzido pelo trabalho. Ele é a categoria fundante do ser social, pois sobre a natureza o homem imprimiu sua vontade realizando a si mesmo através do trabalho, afastando das barreiras naturais e fundando a sociedade humana (AMARAL, 2014, p.02).

Nessa busca incessante de ter cada vez mais respostas e resultados, o homem vem adquirindo novas habilidades acerca da natureza e da sociedade (BIZERRA, 2015).

Conscientemente, vão construindo seu mundo, explicitando sua saída da existência puramente animal. O ser social, nessa apreensão, é dinamizado e estruturado por suas contradições históricas imanentes. Já os processos próprios da natureza, são movidos e orientados apenas pelas determinações naturais, adquirindo uma especificidade de processualidade muda; o que não possibilita a elevação da consciência humana ao seu ser em-si, ao seu reconhecimento enquanto ser condutor da sua própria história sob condições postas de forma objetiva (BIZERRA, 2015, p. 04).

Sendo assim, na natureza, segundo Lukács (1981 *apud* BIZERRA, 2015, p.04) “existem apenas realidades e uma ininterrupta transformação das formas concretas, um contínuo tornar-se-outro”, mas isso não implica brotar uma nova estrutura consciente.

[...] o trabalho, a posição teleológica que o produz, a decisão alternativa que necessariamente precede esta última, são as forças motrizes que lhe determinam a estrutura categorial, e elas absolutamente não se assemelham às forças motrizes da realidade natural (LUKÁCS, 1981 *apud* BIZERRA, 2015, p. 04).

Neste movimento gerado pelo trabalho, o trabalhador produz para responder as necessidades humanas, ao mesmo tempo que o trabalho já realizado cria novas demandas. Sob esse prisma, Lukács (1981, p. 38 *apud* BIZERRA, 2015, p, 05) afirma que o homem é um “ser que responde”, é um “ser que reage”.

Através de um comportamento ativo e prático, diante do que é imposto à sua existência. Porém, as respostas dos indivíduos aos seus carecimentos não são determinadas instintivamente. São respostas práticas, sempre guiadas pela consciência e possíveis pela tomada de decisões entre alternativas existentes no mundo objetivo, a dilemas práticos da vida cotidiana. (BIZERRA, 2015, p. 05).

Neste processo evolutivo do trabalho e a relação com a natureza:

[...] o homem enquanto ser vivente já não biológico, mas membro trabalhador de um grupo social, não mais está em relação imediata com a natureza orgânica e inorgânica que o circunda, aliás nem consigo próprio enquanto ser vivente biológico, ao contrário, todas estas interações inevitáveis passam pelo médium da sociedade; e já que a sociabilidade do homem quer dizer comportamento ativo, prático, voltado ao seu ambiente como um todo, ele não acolhe simplesmente o mundo circundante e as suas mudanças se adaptando a elas, mas reage ativamente, contrapõe às transformações do mundo externo uma práxis peculiar dele, na qual a adaptação à insuprimível realidade objetiva e as novas posições teleológicas que lhe correspondem formam uma indissolúvel unidade (LUKÁCS, 1981a *apud* BIZERRA, 2015, p. 05).

O homem transforma a natureza ao mesmo tempo também é modificado em sua interioridade (BIZERRA, 2015).

Marx entende que o homem é o único ser que é capaz de projetar idealmente, de modo antecipado em sua mente, o resultado que se deseja obter. Nesses termos, esse momento é denominado de prévia-ideação, entendido como a capacidade de planejar, antever previamente, na sua consciência, o que se pretende alcançar. É, em sua essencialidade, um momento abstrato que ao ser levado a prática exerce força material, adquirindo aspectos reais, concretos (Marx, 1988 *apud* BIZERRA, 2015, p.05).

A prévia-ideação é mais um aspecto que diferencia a transformação da natureza pelo homem e pelo animal (BIZERRA, 2015).

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça antes de construí-lo em cera. No fim do processo obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente (MARX, 1988 *apud* BIZERRA, 2015, p. 06).

Conforme salientado por Bizerra (2015) os instintos puramente biológicos, são os utilizados pelos animais, já os homens realizam suas atividades tendo como médium a consciência.

Durante esse processo de planejamento, a consciência desempenha papel fundamental, uma vez que possibilita compreender os nexos da realidade a ser transformada e desenvolver no indivíduo a capacidade de respeitar as leis naturais que regem as propriedades do objeto a ser transformado. Contudo, para que a ideia se converta em realidade, em objeto, ela deve passar por um processo de objetivação. Entre a prévia-ideação e o objeto dela resultante se interpõe a objetivação: um novo ente objetivo é criado por meio da transformação teleologicamente orientada do real (BIZERRA, 2015, p.06).

Gois (2015) afirma que o homem coloca em movimento os membros do seu corpo, ou seja, movimenta suas forças naturais e se confronta com a natureza, na busca da transformação da matéria natural, afim de produzir algo que supra suas necessidades de sobrevivência. “Nesse movimento, o homem através do trabalho ultrapassa seus limites naturais produzindo a si como gênero humano” (GOIS, 2015, p.02).

A primazia em suprir as necessidades básicas, bem como alimentação, vestuário, habitação, entre outras, fazem com que o homem esteja em constante movimento para atender essas demandas que são de autopreservação e reprodução (BIZERRA, 2015, p. 01).

Lukács (1981a *apud* BIZERRA, 2015, p. 06) diz que com base na evolução da humanidade, surgem necessidades histórica de complexos sociais, que propiciam a reprodução da sociedade.

Naturalmente não devemos esquecer que todo grau de ser, no seu todo e nos detalhes, tem caráter de complexo, o que quer dizer que as suas categorias, mesmo as mais centrais e determinantes, podem ser compreendidas adequadamente apenas no interior e a partir da totalidade complexa do nível de ser ao qual se trata (LUKÁCS, 1981a *apud* BIZERRA, 2015, p. 06).

Em suma, o ser social depende da natureza para existir e sobreviver, entretanto, o homem é o único ser capaz de transformar a natureza através do trabalho. “Neste sentido, a reprodução social tem como momento predominante o trabalho, uma categoria que nada tem de natural” (BIZERRA, 2015, p. 07).

2.2 - O trabalho na ordem do capital

Desde os primatas que o homem recorre à natureza para produzir algo para sua sobrevivência. Essa mediação entre a natureza e o homem é conhecida como trabalho.

Conforme o pensamento de Marx, o trabalho sempre se concretizará como condição eterna do gênero humano de satisfazer suas necessidades básicas através da transformação da natureza. Portanto, em qualquer forma de organização social haverá no seu interior o trabalho como uma forma específica, organizada e historicamente determinada (GOIS, 2015, p.02).

Sob esse entendimento, apreende-se que o trabalho é a relação do homem com a natureza, permitindo surgir um novo tipo de homem (GOIS, 2015).

Cabe ao trabalho o momento predominante no desenvolvimento do mundo dos homens. Isso porque é exclusivamente nele que se produz, numa escala milenar, a vida material (BIZERRA, 2015, p. 01).

Segundo Bizerra (2015) o trabalho é a única e específica ação, desenvolvida pelo homem, que é capaz de produzir a vida material. Por isso, a partir do trabalho que “se produz o novo que impulsiona a humanidade a patamares sempre mais elevados de sociabilidade” (BIZERRA, 2015, p. 02).

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1988 *apud* BIZERRA, 2015, p. 02).

Diferente dos animais que agem por instinto, o homem tem o trabalho como uma ação excepcionalmente do ser humano e partindo dela, o mesmo consegue gerar, produzir, reproduzir, modificar de forma a atender suas específicas finalidades (BIZERRA, 2015). “O trabalho se realiza na ininterrupta interação do homem com a natureza” (BIZERRA, 2015, p. 02).

Conforme Bizerra (2015) em uma estabelecida sociedade, os indivíduos intervêm sobre a materialidade natural exógena, para gerar, de forma consciente, bens para suas necessidades diárias, bem como para reprodução da sociedade.

Exercendo o controle sobre a natureza durante o ato laborativo, os homens movimentam as potências da sua corporalidade – braços e pernas, cabeça e mão - e se apropriam daquela conforme suas necessidades. Com isso, o autor demonstra, sem lugar a dúvida, que além de ser o intercâmbio homem-natureza, o trabalho, nos termos apontados, é uma atividade manual, 'criação da mão humana', e se constitui na "condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais" (MARX, 1988 *apud* BIZERRA, 2015, p. 02).

Bizerra (2015) afirma que para uma vida em sociedade há uma base indispensável: a natureza.

[...] não há qualquer possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza nos meios de produção e meios de subsistência imprescindíveis a cada sociedade. Ou, em outras palavras, a sociedade é impossível sem a natureza – esta última é um pressuposto necessário da primeira. A sociedade, quer a tomemos em termos de sua origem, quer a observemos em termos de sua existência ao longo dos tempos, supõe a natureza como algo prévio, algo que lhe é anterior. Qualquer forma de sociedade seria inviável se ela não dispusesse da natureza como fonte de meios de subsistência e meios de produção. Toda sociedade tem sua existência hipotecada à existência da natureza – o que varia historicamente é a modalidade de organização dos homens para transformarem a natureza: variam, ao longo da história, os objetos produzidos a partir dos elementos naturais, bem como os meios empregados nessa transformação; mas permanece o fato de que a reprodução da sociedade depende da existência da natureza (LESSA, 2011 *apud* BIZERRA, 2015, p. 02).

Não é possível a existência de vida social sem o seu pressuposto: a natureza (BIZERRA, 2015). O homem transforma a natureza, através do trabalho, para atender às suas necessidades.

[...] processo entre homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1985a, p.149 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 02).

Através do trabalho o homem conquista novos conhecimentos e habilidades, distintas e inéditas da escala biológica. Consequentemente surge na "natureza um novo tipo de ser, dotado de uma complexidade nova e exponencialmente maior do que já existente no âmbito natural, o ser social. Esse novo ser não se relaciona com

seus semelhantes segundo determinações geneticamente naturais, mas sim por relações puramente sociais” (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 02).

[...] No mesmo compasso, salientamos que a sociedade se identifica com a natureza e não pode ser explicado por ela. Ou seja: estamos argumentando que a sociedade constitui um tipo de ser específico, uma esfera ontológica peculiar, radicalmente distinta do ser natural, a que cabe a designação de ser social [...] (LESSA, 2011, p. 139 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 02).

O trabalho não se limita a sua finalidade imediata, de transformar a natureza em um resultado concreto. “[...] Ele também possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas, das relações sociais, de modo que a sociedade se torna cada vez mais desenvolvida e complexa” (LESSA, 1999, p. 06 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 02).

[...] Mesmo o capitalismo conservando o caráter de exploração oriundo da privatização da produção social, o trabalho exercido por sua condução passou por novas configurações. Isso é resultante do fato que na sociedade capitalista não era pertinente para seu desenvolvimento à conservação de escravos ou servos, se fazia necessário à presença de homens livres como pássaros dispostos a negociar sua única mercadoria, força de trabalho, no mercado (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 02).

No capítulo XXIV de *O Capital*, Marx (1984, p. 261 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 03) apresenta que “[...] precede à acumulação, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida”.

Neste processo de acumulação primitiva, camponeses foram repelidos dos campos e apartados de forma violenta dos meios de produção, terras comunais e os bens da Igreja foram privatizados, leis sanguinárias puniram com fogo e sangue aqueles que não se ajustaram as relações postas pelo capital (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 02).

Os camponeses migraram dos campos para as regiões que passaram a receber os trabalhadores assalariados para o processo produtivo capitalista. De acordo com Marx (1885a), a cooperação entre os trabalhadores para a produção de artefatos, consiste na “[...] forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, [...]” (MARX, 1985, p. 259 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 03).

A existência da pobreza, nas sociedades camponesas, não significava perigo para a ordem vigente. Nessas sociedades (que remontam ao século X), havia [...] uma sociabilidade primária, dada por mecanismos informais de proteção social como a rede familiar e/ou a vizinhança. Esses mecanismos ofereciam uma proteção próxima, em face de situações como viuvez, orfandade ou precariedade material, colaborando, desta forma, para o sentimento de pertencimento à comunidade. Por volta do século VIII, a estrutura social se complexificou, mas é somente no período entre os séculos XIV e XVIII que a pobreza, distingue-se em relação àquela do período anterior. Forma-se aí uma massa “miserável” e “indigna” de força de trabalho livre que se constituiu na base de estruturação da “questão social” (CASTEL, 2001 *apud* GUERRA *et al.*, 2007, p. 239).

Tendo sido progressiva a cooperação entre trabalhadores, a divisão do trabalho manufatureira, “[...] se transforma em divisão da produção de carruagens em diversas operações particulares, em que cada operação cristaliza-se em função exclusiva do trabalhador, e a sua totalidade é executada pela união desses trabalhadores parciais” (MARX, 1985, p. 267 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 03).

A expropriação do conhecimento sobre a totalidade do processo produtivo, reduz o trabalhador, a um simples executor de uma dada função, conforme identificado por Marx, sob o comando do capital, na manufatura (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015).

É pertinente elucidarmos o desenvolvimento do controle do capital para além da produção. Tal controle não se circunscreve somente ao período histórico manufatureiro, visto que perpassa todo desenvolvimento do modo de produção capitalista, adentrando de forma feroz todo o processo produtivo, bem como à subjetividade do trabalhador, objetivando métodos de extração máxima de mais-valia. No curso desse processo de desenvolvimento das forças produtivas e florescimento e consolidação da ordem burguesa, o trabalhador sofria intensa exploração, sendo ofertado apenas o mínimo necessário para não sucumbir de fome e continuar a valorizar o capital por meio da extração de sua mais-valia (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 04).

O desenvolvimento da maquinaria amplia o processo das forças produtivas, inclusive permitindo explorar ao máximo a força de trabalho. Desse modo, nas palavras de Marx (1984, p.07 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 04) a maquinaria se constitui “[...] meio de produção de mais-valia”.

Assim, a maquinaria se tornou o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho possibilitando uma produção abundante. Todavia,

no âmbito industrial foram forjados os meios de prolongamento da jornada de trabalho que transcendem os limites humanos (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 04).

Para Guerra *et al.* (2007) quando os trabalhadores compreendem a natureza do processo de acumulação capitalista fica nítido que não são apenas as máquinas ou o uso de determinadas tecnologias que ocasionam o desemprego, mas o processo intrínseco ao modo de produção capitalista, que gera, segundo Marx, a superpopulação relativa ou grupo de trabalhadores, parcial ou temporariamente sem trabalho, compondo assim o “exército industrial de reserva”. Quanto a este exército, Marx (1985, p. 748 *apud* GUERRA *et al.*, 2007, p. 241) afirma que “a força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista”.

A reprodução do capital se dá pela apropriação da mais-valia, na sociedade capitalista. Ou seja, o capital usurpa do trabalho o seu principal objetivo, produzir bens necessários à vida social, e torna este trabalho produtor de valor (GOIS, 2015).

O trabalho que tinha por objetivo atender os valores de uso passa a seguir a ordem do capital, adquirindo um caráter abstrato, através da produção de valores de troca (BEHRING; BOSCHETTI, 2011 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015).

No modo de produção capitalista o trabalho passa a se degradar numa maior intensidade, tornando a força de trabalho humana mera mercadoria que serve para produzir outras mercadorias. O trabalho, nesse sentido, não é uma forma de realização humana, mas sim uma forma do indivíduo sobreviver na sociedade. A sociedade capitalista é regida pelo trabalho abstrato. Sendo assim, a exploração do trabalho não se dá só no âmbito da produção da riqueza material (trabalho concreto), mas também nas posições teleológicas secundárias (LESSA, 2009 *apud* GOIS, 2015, p.02).

Para Lessa (2008 *apud* Gois, 2015) o trabalho abstrato é predominante no capitalismo, mas não substitui o trabalho concreto, pois este segundo é necessário para que a sociedade possa se reproduzir. Ou seja, “sem o trabalho do proletariado não há produção da riqueza material; não há o conjunto de bens necessários a reprodução social” (LESSA, 2008 *apud* GOIS, 2015, p.03).

O ponto que define esta situação reside na peculiaridade da riqueza possuída pela burguesia, que é o capital. No capitalismo a reprodução social se dá de modo imediato não pela apropriação do conteúdo material da riqueza social, mas sim pela apropriação da mais-valia. Para o capital não interessa a diferença entre o trabalho concreto – aquele que transforma a natureza – e o trabalho abstrato que produz a mais-valia, pois sua finalidade última é o lucro (LESSA, 2008 *apud* GOIS, 2015, p.03).

Lessa (2008 *apud* Gois, 2015) explicita que o trabalho abstrato pode ser produtivo ou improdutivo, produtor ou não de mais-valia, segundo Marx.

Uma parte do trabalho abstrato produz a mais-valia, uma outra parte realiza a transformação dessa mais-valia em dinheiro (mediação imprescindível para que possa retornar à produção como capital) e, uma terceira, como os funcionários públicos, apenas prestam serviços imprescindíveis (com as devidas mediações) à dominação de classe e, portanto, à continuidade da valorização do capital (LESSA, 2008, p. 09 *apud* GOIS, 2015, p.03).

A relação de compra e venda da força de trabalho, através do pagamento do recebimento de salário, são fatores necessários para determinar a produtividade ou improdutividade. O trabalho improdutivo tem uma função social no capitalismo, mesmo não gerando a mais-valia (GOIS, 2015). “Todo trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo” (MARX, 2010 *apud* GOIS, 2015, p.04).

“A determinação do trabalho produtivo (e, por conseguinte também a do improdutivo, como seu contrário)” é baseada “no fato de a produção do capital ser produção de mais-valia e de o trabalho por ela empregado ser trabalho produtor de mais-valia” (MARX, 2010, p.120). Assim, o argumento preponderante é que o modo de produção capitalista é essencialmente produtor de mais-valia, tendo o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo como complementares à reprodução do sistema do capital (MARX, 2010 *apud* GOIS, 2015, p. 04).

“O que determina a produtividade do trabalho no capitalismo é a forma a qual ele está organizado, produzindo a mais-valia para o capitalista e criando seu próprio produto como capital” (GOIS, 2015). Sendo assim, o trabalhador produtivo produz a mercadoria, o excedente e a própria remuneração. Além disso, o trabalhador produz bens com valor de troca, mas também deve produzir algo a mais, que é o lucro do capitalista que explora sua força de trabalho (GOIS, 2015).

A classe trabalhadora oferta o seu trabalho para a exploração pela classe dominante, que por sua vez almeja o alcance incessante do capital. E nesse ciclo, emerge a “questão social”, conforme será discorrido no próximo tópico.

2.3. O trabalho e a “questão social”

Uma das características do sistema capitalista é a acumulação de bens e valores por uma minoria e da exploração da força de trabalho de uma maioria.

O processo de trabalho tem como fim a produção de um valor de uso, ou seja, um produto criado para satisfazer necessidades humanas. Nas sociedades capitalistas, tal processo tem como objetivo a produção não só de valores de uso, mas, principalmente, de valores de troca, isto é mercadoria com vistas à valorização do capital (COUTINHO, 2009, p. 190).

Conforme Marx (1983 *apud* COUTINHO, 2009), não há modo de produção capitalista sem a classe trabalhadora, para tanto o trabalhador passa pela alienação e acaba por não acessar o próprio produto que produz.

Em um recorte histórico, recorda-se que o trabalho, na revolução neolítica (desenvolvimento da cultura agrícola e sequencialmente a pecuária), iniciou a acumulação do excedente. Neste processo, a necessidade de gerar o excedente, pelo trabalho, foi amplamente difundida (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015).

O excedente era mais do que os indivíduos necessitavam, o que não permite afirmar que a carência acabou, apenas diminuiu, uma vez que com a divisão da sociedade em classes sociais (sendo os escravos e os senhores de escravos as classes fundamentais), a riqueza não supria as necessidades de todos, pois tornou-se propriedade privada da classe dominante, que se beneficia da carência que obriga ao trabalho a classe dominada (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 02).

O excedente é produzido pelo trabalhador, mas acessado exclusivamente pela classe dominante.

A relação entre capital e trabalho é permeada por uma insuperável contradição, na qual o desenvolvimento das forças produtivas decorrente da potencialização do trabalho social gera uma demasiada pobreza, expressa sob a forma de pauperismo, sobre aqueles que não possuem nada além de si mesmo para vender no mercado, os trabalhadores (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 01).

A pobreza agravou ao nível de instigar a luta da classe trabalhadora por condições dignas de trabalho e de vida. Tais ações desse movimento demandaram a intervenção do Estado burguês, passando ser reconhecida como “questão social” (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015).

O Estado [...] surgiu da necessidade de conter as oposições de classes, mas ao mesmo tempo surgiu no meio de conflito subsistente entre elas, ele é, em regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, converte-se também em classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 2012, p.187 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 01).

Os trabalhadores foram subordinados a um trabalho degradante que desencadeou uma organização política, através dos movimentos operários e, conseqüentemente, acenderam a preocupação do Estado burguês em lançar mão apenas de ações coercitivas para gerenciar a inquietação operária (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015).

“Entende-se, a “questão social” como o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs ao curso da constituição da sociedade capitalista” (NETTO, 2011, p.17 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 02)

Assim, a “questão social” passa a ser responsabilidade do Estado burguês que tem como objetivo preservar e manter vivo o trabalhador e sua família, de forma mínima, que são ameaçados pela intensa exploração do sistema capitalista. Logo, esta intervenção é de forma fragmentada e minimalista sob a “questão social” que tem como objetivo ao mesmo tempo ocultar a essência da luta de classes, pois o fenômeno é recortado como problemas particulares, como por exemplo, o desemprego, fome, desigualdade social e são enfrentados de forma focalista (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 02)

A “questão social” está intrinsecamente vinculada à evolução do modo de produção capitalista, impresso no contexto industrial (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015). Ou seja, o crescimento do mercado industrial, demanda a ampliação da exploração da força de trabalho, em contra partida, a classe dominante que visa sempre o aumento do capital, precariza as condições de trabalho para aumentar o excedente. Conseqüentemente a classe trabalhadora mobiliza-se e implora a intervenção do Estado burguês, devido as condições de miséria.

Segundo Engels (2010 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015) em sua obra “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”, os trabalhadores não recebiam alimentação adequada, o que culminou na morte de milhares de pessoas por fome ou por consequências da falta de alimento (maior propensão às doenças), moradias inadequadas, necessidades básicas humanas não atendidas (higiene, saneamento básico, saúde), extensas jornadas exaustivas de trabalho que elevavam o número de morte prematura e maiores riscos aos acidentes de trabalho. Tais condições inadequadas de trabalho não eram fatores que preocupavam a classe burguesa, pois havia à disposição um exército de reserva, ou seja, trabalhadores inativos prontos para assumirem as atividades nas grandes indústrias. Dessa forma, a classe trabalhadora e o exército reserva estavam subordinados e dependentes da classe dominante.

Marx (1985 *apud* GUERRA *et al.*, 2007), na Lei Geral da Acumulação Capitalista, investiga as consequências para a classe trabalhadora, no processo de acumulação capitalista. As horas trabalhadas, superiores ao tempo socialmente necessário para reprodução da mercadoria, através da força de trabalho é o lucro capitalista. Afim de extrair a mais-valia absoluta e relativa, o capitalista amplia a jornada de trabalho, com o objetivo de aumentar cada vez mais o excedente.

No entendimento de Castel (2001, p. 238 *apud* GUERRA *et al.*, 2007, p. 239), “a “questão social” [...] é tida como uma aporia fundamental, uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura”. De acordo com Netto (2001, p. 43 *apud* GUERRA *et al.*, 2007, p. 239), “foi a partir da perspectiva efetiva de uma reversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”, daí porque o uso dessa expressão está relacionado à emergência da classe trabalhadora, no cenário político”.

Destacamos uma divergência entre os autores citados acima. Castel defende a existência de uma “nova questão social”, significando que “a partir dessa modernização, a esfera do trabalho é envolvida por uma instabilidade nas relações sociais e econômicas” (CASTEL, 2005 *apud* SILVA, BANDEIRA, SILVA, 2013, p. 485), entretanto, Netto discorda dessa afirmação.

[...] o conceito de nova questão social é muito divergente entre os autores, pois, enquanto Castel defende uma nova questão social, Netto (2001, p. 160) vem afirmar “que inexistem qualquer nova questão social”, o que existe são novas faces desta questão, e que a base desta permanece a mesma, pois afirma que a questão social “é insuprimível sem a supressão da ordem capitalista” (NETTO, 2001, p. 160 *apud* SILVA, BANDEIRA, SILVA, 2013, p. 486).

Além de Netto, Yamamoto também questiona a “nova questão social”, colocada por Castel.

[...] Yamamoto (2012) afirma que, na verdade, o que existe é uma metamorfose da “velha questão social”, a qual assume novas roupagens. A autora diverge do ponto de vista de Castel (2005), em relação à questão social, pois este último põe que a condição salarial ocupa o lugar da luta de classes, dando um caráter harmonioso à sociedade, o que resulta no papel social assumido pelo Estado, considerando que “o Estado Social constitui-se na intersecção do mercado e do trabalho” (CASTEL, 2005, p. 34). Por outro lado, Yamamoto (2012), além de considerar a precarização do trabalho, defende a existência da luta de classes na sociedade, pois, segundo ela, se houvesse uma nova questão social, não haveria a existência das classes sociais e, conseqüentemente, não haveria a luta entre as mesmas, a qual é indissociável da sociedade capitalista SILVA, BANDEIRA, SILVA, 2013, p. 486).

Marx em seus estudos sobre a sociedade burguesa propicia a classe trabalhadora adquirir os fundamentos teóricos e metodológicos capazes de desvelar a gênese e desenvolvimento da “questão social”, compreendendo a Lei Geral da Acumulação Capitalista (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015).

Analisando as bases ontológicas da “questão social”, identificada na *Lei Geral da Acumulação Capitalista* os determinantes sociais, econômicos e políticos que fizeram emergir a “questão social” no cenário burguês. [...] tais determinantes estão vinculados intimamente ao desenvolvimento das forças produtivas, com franca expansão no período da industrialização e ampliação dos mercados (PIMENTEL, 2012 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 05)

Conforme Farias, Silva e Almeida (2015), com o surgimento da industrialização, o capitalismo gera uma classe operária urbana. A inclusão das máquinas na produção amplificou a produtividade do trabalho social e, conseqüentemente aumentou a acumulação de capital. Em contrapartida, houve um exponente crescimento da exploração do trabalho, tendo em vista que o trabalhador não era mais quem ditava o ritmo e intensidade da produção, passando ser apenas um mero membro da máquina.

Com o uso das máquinas no processo de produção, muitos trabalhadores foram dispensados, ou seja, substituídos, desencadeando o aumento do pauperismo da classe trabalhadora, devido o crescimento do desemprego. Nesta situação (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015p. 06):

É importante pontuarmos que, neste momento, a pauperização emergente mostra a sociedade uma pobreza diferente, na qual a carência não é resultado da escassez, mas de uma vasta abundância da riqueza social direcionada a valorização do capital.

Segundo Farias, Silva e Almeida (2015), o desemprego ocasionado pelas indústrias é funcional aos imperativos do capital à medida que os trabalhadores demitidos contribuem para a exploração dos trabalhadores ativos. Dessa forma, o exército industrial de reserva, é fundamental a acumulação do capital, como apresentado por Pimentel (2012, p.34 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 06):

Portanto, a produção capitalista, não é suficiente de maneira nenhuma o “quantum de força de trabalho disponível” produzido pelo “crescimento natural da população”. Para que ele tenha liberdade de ação, necessita, independentemente dessa barreira natural, de um exército industrial de reserva.

Para Farias, Silva e Almeida (2015), pautado na Lei Geral da Acumulação Capitalista, é possível avaliar os fundamentos ontológicos da “questão social” e identificar as bases que fazem emergir o pauperismo oficial:

A análise da “questão social” deve englobar as três dimensões que a compõe: a base material – expressa na Lei Geral da Acumulação Capitalista, a dimensão política – advinda da organização política por parte dos trabalhadores – e a intervenção do Estado burguês (PIMENTEL, 2012 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 06).

Dessa forma, existe uma relação direta entre os trabalhadores ativos e o exército industrial de reserva:

Em síntese, a Lei Geral da Acumulação Capitalista consiste no fato de que quanto mais o exército industrial de reserva cresce em relação ao exército ativo de trabalhadores, mais se materializa a superpopulação relativa. Quanto maior for a camada miserável da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, maior será o pauperismo

oficial PIMENTEL, 2012 p. 45 *apud* FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 06).

Diante dessa discussão, fica explícito que o processo de trabalho na sociedade capitalista e o surgimento da “questão social”, bem como seus determinantes econômicos, políticos e sociais, estão diretamente alicerçados na contradição inerente ao modo de produção capitalista (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015).

O sistema capitalista possui por fundamento o ato de compra de compra e venda da força de trabalho, que privatiza a riqueza social produzida pelos produtores diretos, e os deixam apenas com o mínimo necessário para a sua sobrevivência. A relação entre capital e trabalho se ancora em uma insuperável contradição, na qual à medida que se desenvolve as potencialidades das forças produtivas emerge um pólo de vasta miséria entre a classe trabalhadora (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 06).

Na mesma proporção que a industrialização avançava na sociedade, a pobreza agravava, repercutindo na mobilização dos movimentos trabalhistas. Tais movimentos exigiram a intervenção do Estado burguês, fazendo com que o pauperismo passasse a ser apreendido como “questão social”.

É importante ressaltar que a intervenção do Estado não pode sanar a “questão social”, pois se assim fizesse tinha que eliminar a si próprio, bem como o modo de produção que se alicerça. Assim, comungamos com Marx, que as desigualdade sociais só serão eliminadas com a extinção das classes sociais, da privatização da riqueza socialmente produzida e das forças alheias os homem que conduzem seu trabalho a satisfação de necessidades não humanas (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015).

Segundo Guerra *et al.* (2007) o pensamento revolucionário compreende a “questão social” diretamente vinculada à sociedade burguesa. Isso significa que na sociedade capitalista, como indica a Lei Geral da Acumulação Capitalista, a pobreza cresce na mesma proporção que a acumulação do capital aumenta. Segundo Marx (1985, p. 210 *apud* GUERRA *et al.*, 2007, p.240):

Todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos da acumulação [...]. Segue, portanto, que, à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar.

O acúmulo de capital se dá a partir da exploração da força de trabalho, entretanto, o capitalista também precisa destacar-se entre os demais, no mercado. Ao tratar desse processo, Mandel (1985, p. 412 *apud* GUERRA *et al.*, 2007, p.240) explicita:

A diferença entre concentração e centralização do capital: a primeira significa “o aumento de valor do capital em toda empresa capitalista, importante em consequência da acumulação e da concorrência”; a segunda expressa diretamente a “fusão de diversos capitais sob um único controle”. A centralização do capital, portanto, é um processo, cuja natureza é intrínseca à acumulação. É imprescindível ao capitalista, sob pena de aniquilar-se, eliminar seus concorrentes, garantindo seu monopólio, em determinado ramo da produção.

Guerra *et al.* (2007) enfatiza que no pensamento marxiano, os desvios provocados pela acumulação capitalista sobre os destinos da classe trabalhadora, legitimam-se na existência do exército industrial de reserva, recupera os contornos da chamada “superpopulação relativa”, sobre a qual:

[...] a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Esta é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção (MARX, 1985, p. 734 *apud* GUERRA *et al.*, 2007, p.241).

Segundo Marx (1985 *apud* GUERRA *et al.*, 2007), o exército industrial de reserva, possui funções claras na ordem capitalista.

Constata-se o pauperismo em três categorias: os aptos para o trabalho, que fazem parte da superpopulação relativa e que chegam à condição de indigência em períodos de crise; os órfãos, filhos de indigentes, cuja tendência é o ingresso nas fileiras do exército industrial de reserva; os chamados por Marx de “degredados”– inaptos para o trabalho de toda ordem: idosos, enfermos, deficientes, viúvas com filhos pequenos etc. Assim, para Marx (1985, p.748), o pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio para transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior (GUERRA *et al.*, 2007, p.241).

Segundo Guerra *et al.* (2007) vale ressaltar com grande importância as lutas de classes, organizadas a partir de 1848, com um projeto dos protagonistas histórico-sociais, na busca de superação dos fundamentos da “questão social”. Netto (1996 *apud* GUERRA *et al.*, 2007, p. 242) informa:

Sobre a contra-ofensiva político ideológica da burguesia. Trata-se da naturalização da “questão social” e de suas manifestações, tornadas objeto de administração técnica ou de reforma moral e psicológica, conteúdos estes ainda hoje presentes nas formas de interpretá-la e tratá-la.

Dessa forma, “a riqueza em meio à pauperização é a tendência imanente da ordem burguesa, isto é, a convivência contraditória entre pauperismo e abundância” (GUERRA *et al.*, 2007, p. 241). Enquanto uma pequena parcela da população (classe dominante) acumula capital e usufrui de uma vida confortável com acesso aos bens e serviços de qualidade, uma grande parcela (classe trabalhadora) sucumbi na miséria e, em grande parte, não acessa nem mesmo aos mínimos sociais.

Para Cerqueira Filho (1982 *apud* GUERRA *et al.*, 2007) a “questão social”, no Brasil, é tratada de duas formas pelo Estado:

No curso da constituição da sociedade capitalista, um conjunto de “problemas políticos, sociais e econômicos”, na obra seminal que trata da “questão social”, no período da velha república, o autor identifica, a partir do discurso de vários políticos reconhecidos no cenário nacional, duas modalidades de tratamento dado pelo Estado à “questão social”, qual seja: ora como “caso de polícia”, ora como “questão política” (CERQUEIRA FILHO, 1982 *apud* GUERRA *et al.*, 2007).

O Estado brasileiro, afim de manter a ordem social, passa a controlar a “questão social” através de medidas de correção.

A forma de correção dos efeitos produzidos pelo desenvolvimento do capitalismo deixa de surtir os resultados desejados, na medida em que as demandas daí oriundas vão se complexificando e tensionando as relações produtivas (GUERRA *et al.*, 2007, p. 246).

Nesta mesma direção, Iamamoto e Carvalho (1986, p. 77 *apud* GUERRA *et al.*, 2007, p. 246) afirmam:

A “questão social” não é senão a expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário da sociedade, exigindo seu reconhecimento enquanto classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão.

A “questão social” sempre será pauta de discussões e demandas de políticas públicas, tendo em vista que esta diretamente vinculada ao modo de produção capitalista.

3. O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

O homem é um ser consciente. Conforme Lukács (1981b *apud* BIZERRA, 2015, p. 04) “refere-se, tão somente, a consciência enquanto fato ontológico, como momento real do desenvolvimento social inédito se comparado à natureza”. Neste contexto, os processos sociais são conduzidos pela ação consciente do ser humano e pela capacidade de readequações, cada vez mais necessárias e produzidas através do trabalho (BIZERRA, 2015).

Segundo Gois (2015) toda sociedade terá uma forma específica de trabalho como sua base, pois o trabalho é produtor de uso necessário para a existência na humanidade.

Segundo Antunes (1995) o capitalismo contemporâneo tem ampliado sua lógica destrutiva, nas últimas décadas, além disso, a crise estrutural do capital tem assumido algumas tendências:

- 1) O padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos.
- 2) O modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem estar social, em vários países centrais, vem também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social (ANTUNES, 1995, p. 175).

O modelo toyotismo de produção traz características que impactam diretamente o trabalho na contemporaneidade.

Em seus traços mais gerais, o toyotismo (via particular de consolidação do capitalismo monopolista do Japão do pós-45) pode ser entendido como uma forma de organização do trabalho que nasce a partir da fábrica Toyota, no Japão, e que vem se expandindo pelo Ocidente capitalista, tanto nos países avançados quanto naquele que se encontram subordinados. Suas características básicas (em contraposição ao taylorismo/fordismo) são:

- 1) Sua produção muito vinculada à demanda.
- 2) Ela é variada e bastante heterogênea.
- 3) Fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções.
- 4) Tem como princípio o just in time, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema de kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que, no toyotismo, devem ser mínimo. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior, na fábrica toyotista somente cerca de 25% é produzido no seu interior. Ela horizontaliza o processo produtivo e transfere a “terceiros” grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela (ANTUNES, 1995, p. 181-182).

Para Alves (2011) o capitalismo mundial, mantém forte a referência do toyotismo, através da remuneração pautada na “captura” da subjetividade do homem-que-trabalha, gestão de equipes de trabalho, incessante busca de melhores cargos e salários, e fortes exigências para o cumprimento de metas e resultados.

Ora, cada dispositivo organizacional da gestão toyotista possui um sentido de dessubjetivação das individualidades pessoais de classe. Na verdade, trata-se de uma operação contínua de “quebra” da subjetividade de classe, para que possa “envolvê-la” nos requisitos do novo produtivismo e, deste modo, operar a “redução” do trabalho vivo à força de trabalho como *mercadoria* (ALVES, 2011, p. 40).

Antunes (1995, p. 182-183) apresenta as principais consequências no mundo do trabalho, decorrente da forma flexibilizada de acumulação capitalista:

- 1) Há uma crescente redução do proletariado fabril estável, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/fordismo e que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, típico da fase do toyotismo.
- 2) Há um enorme incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado. São os terceirizados, subcontratados, part-time, entre tantas outras formas assemelhadas [...].
- 3) Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados, e que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado.
- 4) Há um incremento dos assalariados médios e de serviços, o que possibilitou um significativo incremento no sindicalismo desses setores, ainda que o setor de serviços já presencie também níveis de desemprego acentuado.
- 5) Há exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho dos países centrais: os primeiros acabam muitas vezes engrossando as fileiras de movimentos neonazistas, e aqueles com cerca de 40 anos ou mais, quando desempregados e excluídos do trabalho, dificilmente conseguem o reingresso no mercado de trabalho.
- 6) Há uma inclusão precoce e criminoso de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada [...].
- 7) Há uma expansão do que Marx chamou de trabalho social combinado (Marx, 1978), onde trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços. O que, é evidente, não caminha para a eliminação da classe trabalhadora, mas para sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada. Em outras palavras: aumentam os níveis de exploração do trabalho.

Diante das inúmeras mudanças do trabalho Alves (2011) apresenta que a nova morfologia social do trabalho surge sob o capitalismo mundial e que implica na “precarização do homem-que-trabalha”. Constituindo “um processo de conformação do sujeito humano, caracterizado pela quebra dos coletivos de trabalho, captura da subjetividade do homem-que-trabalha e redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria” (ALVES, 2011, p.39).

Para Marx, o processo evolutivo do capitalismo alcançaria a ciência e tecnologia em forças produtivas plenas, entretanto, o mesmo também afirmou que ambas não aparecem do nada, ou seja, são produto e produção do trabalho (DANTAS *et al.*, 2020).

A natureza não constrói máquinas, não constrói locomotivas, não constrói telégrafo elétrico, não constrói máquinas filatórias, são produtos da indústria humana. São material natural transformado pelos órgãos da vontade humana sobre a natureza e de sua atividade na natureza. São órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos da práxis social; do processo real da vida (MARX, 2012, p. 589 *apud* DANTAS *et al.*, 2020, p. 45).

Em relação ao trabalho na contemporaneidade, Antunes (1995, p. 10) apresenta que:

Ao contrário daqueles que defendem a perda de sentido e de significado do trabalho, que quando concebemos a forma contemporânea do trabalho, enquanto expressão do trabalho social, que é mais complexificado, socialmente combinado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processo, também não podemos concordar com as teses que minimizam ou mesmo desconsideram o processo de criação de valores de troca. Ao contrário, defendemos a tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista.

Sendo assim, no capitalismo não é possível eliminar o trabalho vivo, ou seja, o excluir o trabalhador ativo, do processo de criação de valores, ao contrário há a

ampliação da produtividade, a fim de aumentar a extração da mais-valia (ANTUNES, 1995).

[...] não podemos também concordar com a tese da transformação da ciência “na principal força produtiva”, em substituição ao valor-trabalho, que teria se tornado inoperante (HABERMAS, 1972, p. 104 *apud* ANTUNES, 1995, p. 11). [...] Ou seja, desconsidera que o “trabalho vivo, em conjunção com ciência e tecnologia, constitui uma complexa e contraditória unidade, sob as condições dos desenvolvimentos capitalistas”, uma vez que “a tendência do capital para dar à produção um caráter científico é neutralizada pelas mais íntimas limitações do próprio capital; isto é, pela necessidade última, paralisante e anti-social de manter o já criado valor, enquanto valor”, visando restringir a produção dentro da base limitada do capital” (MÉSZAROS, 1989b, p.135-136 *apud* ANTUNES, 1995, p. 11)

Vale ressaltar que a teoria do valor-trabalho reconhece o crescimento e contribuição da ciência, entretanto, a ciência não supera o desenvolvimento pela base material das relações entre capital e trabalho (ANTUNES, 1995).

Neste mesmo processo de desenvolvimento, as máquinas também estão em constante evolução:

As máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta deste processo. Estabele-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não pode levar à extinção do trabalho vivo. Este processo de retroalimentação impõe ao capital a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico (ANTUNES, 1995, p. 12).

Para Antunes (1995) o processo de inversão do trabalho vivo (trabalhadores) para o trabalho morto (máquinas) tem ocorrido inclusive com a transferência de capacidades intelectuais para o maquinário e computadores.

[...] há ainda outra tendência caracterizada pela crescente imbricação entre trabalho material e imaterial, uma vez que se presencia, no mundo contemporâneo, em seus setores mais avançados, a expansão do trabalho dotado de maior dimensão “intelectual” (no sentido dado pela produção

capitalista), quer atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações, entre tantas outras. A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, mas que muitas vezes desempenham atividades imbricadas com o trabalho produtivo, mostra-se como outra característica importante da noção ampliada de trabalho, quando se quer compreender o seu significado na contemporaneidade (ANTUNES, 1995, p. 12).

Conforme Guerra *et al.* (2007) a utilização das máquinas, tem por finalidade otimizar, sistematizar, acelera e aumentar a produção, tendo como principal foco a amplificação da acumulação do capital. A troca do trabalhador pelo trabalho morto não expressa, “um fenômeno de caráter moral, mas uma imponderável necessidade do contraditório processo de acumulação capitalista” (GUERRA *et al.*, 2007, p. 241).

A produção de conhecimento passa a ser fundamental na produção de bens e serviços, na era da tecnociência. Havendo uma expansão nas atividades imateriais (ANTUNES, 1995). Inclusive Netto (2022, p. 38) enfatiza que “o estoque de conhecimentos e a massa crítica acumulados não são puros instrumentos da dominação do capital – podem ser mobilizados para a sua ultrapassagem”. Todas as mudanças no trabalho impactam diretamente a classe trabalhadora e visam, exclusivamente, os interesses do capital.

A vigência das relações de trabalho flexíveis instaura uma nova condição salarial caracterizada pela mudança abrupta da relação tempo de vida/tempo de trabalho (jornada de trabalho flexível); relação tempo presente/tempo futuro com a ascensão das incertezas pessoais (novas formas de contratação flexível) e estratégias de envolvimento do self (remuneração flexível). Este novo metabolismo social do trabalho transfigura a troca metabólica entre o homem e outros homens (relações sociais de trabalho e sociabilidade) e entre o homem e ele mesmo (autoestima e autorreferência pessoal) (ALVES, 2011).

Netto (2022) em seu texto “*Uma face contemporânea da barbárie*” enfatiza sobre o mercado de trabalho e suas reestruturações.

A “desregulamentação” e a “flexibilização” que o capital vem implementando hipertrofia as atividades de natureza financeira (resultado seja da superacumulação, seja da especulação desenfreada), cada vez mais autonomizadas de controles estatais nacionais e dotadas, graças às tecnologias da comunicação, de extraordinária mobilidade espaço-temporal. [...] Ao mesmo tempo, os novos

processos produtivos têm implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital; resultado direto na sociedade capitalista: o crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital – e os economistas burgueses (que se recusam a admitir que se trata do exército industrial de reserva próprio do tardo-capitalismo) descobrem... o “desemprego estrutural”!. De fato, o chamado “mercado de trabalho” vem sendo radicalmente reestruturado - e todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da “informalidade” (NETTO, 2022 p.13).

Seguindo as considerações sobre o processo de precarização do trabalho, Antunes (1995, p. 177) enfatiza que:

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução desse mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo.

A quebra dos coletivos de trabalho levam à processos de dessubjetivação de classe que implicam dinâmicas sociais, políticas, ideológicas e culturais impressos na memória pública da luta de classe (ALVES, 2011).

Eles são produtos de ofensivas do capital na produção, como, por exemplo, os intensos processo de reestruturação produtiva que ocorreram nas grandes empresas capitalistas, principalmente a partir de meados da década de 1970; ou na política, com as experiências históricas de derrotas sindicais e políticas da classe operária nos últimos trinta anos. Ao mesmo tempo, a ofensiva do capital significou a vigência da ideologia do individualismo na vida social (ALVES, 2011, p. 39).

A classe dominante não tem interesse na mobilização, organização e união das classes menos favorecidas, pelo contrário, eles estimulam esse desmonte, afim de, manterem a ordem e o controle que permite a manutenção da exploração da força de trabalho.

Nos últimos trinta anos, o neoliberalismo tornou-se a forma histórica dominante dos processos de dessubjetivação de classe no capitalismo global. No contexto histórico da economia, política e cultura neoliberal, buscou-se restringir e eliminar o desenvolvimento da consciência de

classe e da luta de classes. No habitat da consciência social, a consciência de classe é uma espécie em extinção. Nos locais de trabalho reestruturados, salienta-se a presença da individualização das relações de trabalho e a descoletivização das relações salariais (ALVES, 2011, p. 40).

Neste processo, as empresas tem por finalidade diluir o coletivo de trabalho com a reformulação de novos coletivos/equipes ditas “colaborativas” (ALVES, 2011). “Ao desconstruir/reconstituir “coletivos de trabalho”, o capital opera um movimento de “captura” da subjetividade. Neste movimento, reencontramos o homem social, o trabalhador coletivo como criação do capital” (ALVES, 2011, p.42).

Conforme observado por Marx e Engels, na sociedade burguesa, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante que constitui seus aparatos de dominação hegemônica (ALVES, 2011).

Entretanto, o capital, como sistema de controle do metabolismo social, é “até o presente, de longe a mais poderosa estrutura ‘totalizadora’ de controle do metabolismo social que surgiu no curso da história humana” (MÉSZÁROS, 2002 *apud* ALVES, 2011, p. 40), instaura processos de subjetivação intrincavelmente paradoxais e contraditórios (ALVES, 2011, p. 44).

“Este novo metabolismo social da ordem burguesa se reflete na carreira e no emprego do trabalho assalariado” (ALVES, 2011, p. 44). O autor apresenta que dinâmica do emprego tem sido cada vez mais rotativa e o mercado tem se vinculado a lógica do espaço-tempo do capital financeiro, sendo cada vez mais imediatista, com projeções e ações de curto e curtíssimo prazo.

A lógica societal, em seus traços dominantes, é dotada, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise que assola a (des)sociabilização contemporânea, condição do sistema de metabolismo social do capital [...] (MÉSZÁROS, 1989 *apud* ANTUNES, 1995, p.185).

Conforme Alves (2011) a “crise do trabalho vivo” é decorrente da dinâmica histórica posta pelo novo metabolismo social do trabalho com a nova precariedade salarial.

Nos manuscritos econômico-filosóficos (1844), Marx observa: “[...] o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar; quando muito ainda, habitação, adornos, etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano animal”.

Eis o significado essencial do que podemos denominar de barbárie social (ALVES, 2011, p. 44).

A classe operária também tem vivenciado transformações, conforme Netto (2022, p. 14):

No conjunto dos que vivem da venda da sua força de trabalho, está claro que a classe operária que fixou a sua identidade classista (sindical e político-partidária) enfrentando o capitalismo monopolista experimenta mudanças significativas, afetada que é por diferenciações, divisões, cortes e recomposições – refratando as novas clivagens postas por alterações na divisão social e técnica do trabalho.

O Estado burguês não ficou imune a um considerável redimensionamento, entretanto, os impactos mais relevantes, mais uma vez, são refletidos nas classes menos favorecidas:

A mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas “funções legitimadoras”: quando o grande capital rompe o “pacto” que suportava o Welfare State, começa a ocorrer a retirada das coberturas sociais públicas e tem-se o corte nos direitos sociais [...] num processo de “ajuste” que visa a diminuir o ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho (e das condições gerais da reprodução capitalista) (NETTO, 2022, p.14).

Neste processo de compreensão da contemporaneidade, Netto (2022, p. 38) afirma que “é o *trato político-institucional* que confere às massas excedentárias aos interesses imediatos do capital – trato consistente na articulação entre violência extra-econômica permanente e assistencialismo minimalista”.

Neste trato, estamos confrontados com processos e fenômenos qualitativamente diversos quer da combinação de borduna policial e confinamento dos pobres (recorde-se o capitalismo inglês vitoriano e as suas work houses), quer dos programas de promoção/integração social do Estado de bem estar social. O que se tem é a administração tardocapitalista da miséria – com seus meios próprios, instrumentos high-tech e o exército de especialistas e operadores (com destaque para cientistas e tecnólogos). Uma amostra do que será o futuro – se houver futuro – imediato do tardocapitalismo (NETTO, 2022, p.38).

Netto (2022, p. 01) apresenta a barbárie contemporânea como a “articulação da repressão aos pobres com a minimização dos programas de combate à pobreza”.

A humanidade, porém, não está irremissivelmente condenada a sucumbir à barbárie. Ela pode superar a barbárie – e dispõe de uma única via neste sentido: a superação das formas de sociabilidade fundadas no modo de produção capitalista, a ultrapassagem das organizações societárias assentadas na propriedade privada dos meios fundamentais de produção e na decisão privada da alocação do excedente econômico. Para não nos alongarmos, repõe-se agora como atual, e de modo dramaticamente atual, a opção expressa na antiga fórmula – socialismo ou barbárie (NETTO, 2022, p.38).

Na possibilidade de resposta para a humanidade, Netto (2022, p. 38) apresenta que “se a barbárie é a perspectiva real e imediata, o socialismo é uma alternativa possível – e o possível é também constitutivo do real, tem raízes na realidade”.

A barbárie constrange, retém e reverte as forças sociais que, no mundo do trabalho e no mundo da cultura, constituem objetivamente a negação da ordem tardo-capitalista – mas não suprime tais forças. Nestes dois níveis – conhecimento e força social – radicam a possibilidade do socialismo. Como articulá-los enquanto negação da ordem e vetor criativo de uma outra ordem é o *problema central (teórico-político e, pois, igualmente prático)* do tempo presente e aqui não cabe mais que assinalá-lo. Seu equacionamento depende de uma tríplice e sincronizada operação: a) *a renovação e o enriquecimento do nosso arsenal heurístico* – de fato, como queria o velho Lukács, um “renascimento do marxismo”, expurgado da herança stalinista e livre do doutrinário; b) *a construção de uma nova forma-partido*, capaz de articular as forças sociais (do trabalho e da cultura) com o núcleo duro do proletariado contemporâneo – qualquer que seja o processo de superação da ordem da barbárie, ele não dispensará o protagonismo organizado deste proletariado; c) *a expressa renúncia a propor o socialismo como uma ordem transicional que, sem burguesia, reitere traços do mundo burguês* (produtivismo, intimismo etc.) – a transição socialista significa a instauração de um novo estilo de vida social (NETTO, 2022, p.38-39).

Antunes (1995, p.185) também reforça que:

A imprescindível eliminação do trabalho assalariado, do trabalho fetichizado e estranhado (alienado) e a criação dos indivíduos livremente associados está indissoluvelmente vinculada à necessidade de eliminar integralmente o capital e o seu sistema de metabolismo social em todas as suas formas. O que, entretanto, não deve impedir um estudo cuidadoso da classe trabalhadora hoje, suas principais metamorfoses.

Dantas *et al.* (2020) apresenta uma possível sociedade pós-capitalista, na qual os homens possam realizar o trabalho de forma livre, que pudesse inclusive a

dedicação a atividades de natureza artística ou científica. E Marx já citava sobre essa possibilidade.

A riqueza, para Marx, não seria o mero acúmulo de bens materiais ou de dinheiro, mas, sobretudo, esse desenvolvimento da livre capacidade criativa da mente social humana. Para esse desenvolvimento seria necessário tempo livre, ou *disposable time*, como escreve nos *Grundrisse*: um tempo de não trabalho (considerando-se trabalho no sentido de atividades que satisfazem às necessidades vitais do corpo), mas de plena produção criativa no atendimento às demandas sociais da mente humana: O tempo livre, que é tanto tempo de ócio quanto tempo para atividades mais elevadas, naturalmente transformou o seu possuidor em outro sujeito, e é inclusive como este outro sujeito que ele então ingressa no processo de produção imediato. Esse processo é disciplina, no que se refere ao ser humano em formação, e ao mesmo tempo experiência prática, ciência experimental e ciência materialmente criativa e que se objetiva, no que se refere ao ser humano já formado, em cujo cérebro existe o saber acumulado da sociedade (MARX, 2011, p. 594 *apud* Dantas *et al.* 2020, p. 50).

Antunes (1995, p.189) também apresenta sobre o tempo livre:

Como as suas formas contemporâneas de estranhamento ou alienação atingem, além do espaço da produção, também a esfera do consumo, a esfera da vida fora do trabalho, o chamado tempo livre é, em boa medida, um tempo também submetido aos valores do sistema produtor de mercadorias e das suas necessidades de consumo, tanto materiais como imateriais.

Antunes (1995, p. 189) conclui apresentando quatro alternativas essenciais que devem ser resgatadas. “Primeiro: é preciso alterar a lógica da produção societal; a produção deve ser prioritariamente voltada para produzir valores de uso e não valores de troca” (ANTUNES, 1995), ou seja, uma produção social que vise a produção de bens e produtos socialmente úteis para o seu consumo (não acúmulo), poucas horas de trabalho diário, reproduzir-se de maneira não-destrutiva, inaugurando um novo sistema de metabolismo societal (ANTUNES, 1995).

“Segundo: a produção de coisas socialmente úteis deve ter como critério o tempo disponível e não o tempo excedente, que preside a sociedade contemporânea” (MÉSZÁROS, 1989 *apud* ANTUNES, 1995, p. 190). Nesse sentido ter um trabalho social (maior dimensão humana e societal), deixando de ter seu caráter fetichizado e estranhado, permitiria o uso do tempo livre com algum sentido que não fosse pela lógica do capital (ANTUNES, 1995, p. 190).

“Terceiro: é preciso empreender mudanças e resistências que, no plano imediato, incorporem as aspirações nascidas no interior da vida cotidiana da classe-

que-vive-do-trabalho”. Dessa forma, trabalhar menos afim de sair da bárbarie do capital, mas primeiramente é importante lutar pela redução da jornada de trabalho (ANTUNES, 1995).

“Quarto: reinventar um projeto socialista global, que regate os valores mais essenciais da humanidade[...] um bom ponto de partida é desenvolver uma crítica contemporânea e profunda à (des)sociabilização da humanidade sob o capital” (ANTUNES, 1995).

Diante do exposto sobre o trabalho contemporâneo e das sugestões apresentadas por Antunes, para o desmonte do sistema atual, o que nos cabe é a mobilização frente a uma sociedade humanizada e não capitalizada.

O trabalho passou e continua passando por evoluções, mudanças, mutações e metamorfoses, entretanto, todos esses processos foram para responder as demandas e interesses da classe dominante. O momento é de colocar a classe trabalhadora como protagonista no palco da sociedade e assim, responder as necessidades da maior parcela da humanidade.

3.1. O trabalho e o serviço social

Segundo Iamamoto (2011) tem-se uma crescente divisão do trabalho social, à medida que a satisfação das necessidades sociais passam a ser mediadas pelo mercado (produção, troca e consumo das mercadorias).

Sendo o assistente social um trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho especializado aos empregadores, em troca de um equivalente expresso na forma monetária. É preciso lembrar que, no círculo do valor, o produto que todo assalariado produz para si é o equivalente aos seus meios de vida: o valor de troca de sua força de trabalho expresso no dinheiro, forma de equivalente geral, no qual se manifesta o valor de todas as demais mercadorias de qualidades diferentes, permitindo o seu intercâmbio (IAMAMOTO, 2011, p. 420).

Segundo Iamamoto (2011), há uma dupla dimensão decorrente do caráter social desse trabalho:

a) Enquanto trabalho útil atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo que se beneficia das conquistas atuais das ciências sociais e humanas; b) mas só pode atender às necessidades sociais se

seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato -, mero coágulo de tempo de trabalho social médio -, possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social (IAMAMOTO, 2011, p. 420).

“O trabalho do assistente social inscreve-se em outras relações que extrapolam o universo do capital na sua forma produtiva de mais-valia” (IAMAMOTO, 2011, p. 430). Como impresso nas atividades dos servidores públicos, na órbita do Estado.

Segundo Iamamoto (2004a) o assistente social tem a linguagem como instrumento básico de trabalho:

[...] as atividades desse trabalhador especializado encontram-se intimamente associadas à sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-política. Suas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento dos processos sociais, assim como no estabelecimento de relações e vínculos sociais com os sujeitos sociais junto aos quais atua (IAMAMOTO, 2004a, p. 97).

Segundo Guerra *et al.*, 2007 no âmbito do Serviço Social, uma das principais discussões estão relacionadas com os fundamentos da “questão social”.

Compartilhamos com o entendimento de que não há uma nova “questão social”, mas a emergência de novas expressões dela, resultante da complexidade da exploração medular do capitalismo. Segundo Netto (2001, p. 45), os defensores de uma nova “questão social” perdem de vista que “diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’” (GUERRA *et al.*, 2007, p. 241).

Inclusive alguns autores relacionam o surgimento do serviço social com a “questão social”, o que Netto (1996, p. 14 apud GUERRA *et al.*, 2007, p. 241) esclarece:

Quando informa que “as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entrecem com a ‘questão social’, mas com suas particularidades, no âmbito da sociedade burguesa, fundada na organização monopólica”. Isso significa dizer que o surgimento da profissão não tem a ver com uma suposta evolução das práticas assistencialistas, filantrópicas e caritativas, mas com o desenvolvimento da sociedade capitalista que, ao produzir a “questão social”, produziu as condições sócio-históricas que exigiram o seu atendimento pela via das políticas sociais, criando, assim, um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social.

Dessa forma,

[...] os resultados ou produtos dos processos de trabalho em que participam os assistentes sociais situam-se tanto no campo da reprodução da força de trabalho, da obtenção das metas de produtividade e rentabilidade das empresas, da viabilização de direitos e da prestação de serviços públicos de interesse da coletividade, da educação sociopolítica, afetando hábitos, modos de pensar, comportamentos, práticas dos indivíduos sociais em suas múltiplas relações e dimensões da vida quotidiana na produção e reprodução social, tanto em seus componentes de reiteração do instituído, como de criação e re-invenção da vida em sociedade (IAMAMOTO, 2004a, p. 112).

O assistente social compõe a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que, atua na defesa e na busca de garantia de direitos das classes menos favorecidas, pautado no Código de Ética Profissional do serviço social (CEP) e no Projeto Ético Político (PEP).

Pensar o projeto profissional supõe articular essa *dupla dimensão*: a) de um lado, as condições macro-societárias que estabelecem o terreno sócio - histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades, que vão além da vontade do sujeito individual; b) e, de outro lado, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo - apoiadas em fundamentos teóricos e metodológicos - dos agentes profissionais a esse contexto. Elas traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais. O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais e buscar apreender no movimento da realidade as tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2004b, p. 12).

Sendo assim, o assistente social apropria-se de embasamentos ético-político, técnico-operativo e fundamentos teóricos-metodológicos, para atuar frente às “questões sociais”, no contexto da sociedade capitalista.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A natureza é primordial para a existência do ser social. “O homem transforma a natureza e também é transformado neste processo, através da sua evolução, ou seja, passa a adquirir novas habilidades” (GOIS, 2015).

Através do estudo apresentado, observou-se que o trabalho exerce uma função fundamental na sociedade contemporânea, bem como o sistema capitalista depende do trabalho como forma de exploração dos trabalhadores e controle do exército de reserva. Sendo assim, não existe capitalismo sem trabalho.

O ser social depende da natureza para sobreviver, mas é o único ser capaz de transformar a natureza em bens e produtos para suprir sua necessidade. Ou seja, essa transformação é realizada através do trabalho.

O trabalho move a sociedade capitalista através da exploração do trabalhador pela burguesia, que culmina na geração do capital e da mais valia.

Com o surgimento e florescimento da industrialização a pobreza repercutiu a nível alarmante, ao ponto de fomentar nos trabalhadores a organização política que desencadeou importantes movimentos trabalhistas. Tais movimentos requisitaram do Estado burguês intervenção na pobreza de forma sistematizada, fazendo com que o pauperismo passasse a ser apreendido como “questão social”. É importante ressaltar que a intervenção do Estado não pode sanar a “questão social”, pois se assim fizesse tinha que eliminar a si próprio, bem como o modo de produção que se alicerça. Assim, comungamos com Marx, que as desigualdades sociais só serão eliminadas com a extinção das classes sociais, da parcela da força de trabalho lançada ao desemprego com o desenvolvimento das forças produtivas (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 06).

Na trama da sociedade capitalista, surge a “questão social” através do acionamento do Estado burguês, pelos movimentos dos trabalhadores, em busca de intervenção nas desigualdades sociais.

O capitalismo depende da exploração da força de trabalho, da classe trabalhadora, para atender as demandas do capital.

A “questão social”, enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, [...] é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o inverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. [...] A expressão “questão social” é estranha ao universo marxiano. [...] Entretanto, os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2001, p. 11 *apud* DANTAS *et al.*, 2020, p. 252).

A “questão social” existirá enquanto existir o modo de produção capitalista. Em suma, é uma cadeia onde a burguesia ocupa o topo da pirâmide (uma minoria), seguida pela classe trabalhadora (força de trabalho explorada pelos capitalistas) e por fim, o exército de reserva e o pauperismo - na base da pirâmide (composta pela maior parcela da população, sendo eles: trabalhadores não ativos, crianças, idosos, doentes, acidentados e inativos do trabalho, marginalizados, entre outros).

A pulverização da “questão social”, típica da ótica liberal, resulta numa autonomização e suas múltiplas expressões – as várias “questões sociais” – em detrimento da perspectiva de unidade. Impede assim de resgatar a origem da “questão social” imanente à organização social capitalista, o que não elide a necessidade de apreender as múltiplas expressões e formas concretas que assume (IAMAMOTO, 2001, p. 18 *apud* GUERRA *et al.*, 2007, p. 252).

E em meio à ganância e a supremacia da classe dominante na sociedade capitalista, o trabalhador e sua família são fadados à exploração, a miséria e a políticas sociais que tentam tamponar a ferida aberta pelo próprio Estado burguês.

O sistema capitalista possui por fundamento o ato de compra e venda da força de trabalho, que privatiza a riqueza social produzida pelos produtores diretos, e os deixam apenas com o mínimo necessário para a sua sobrevivência. A relação entre capital e trabalho se ancora em uma insuperável contradição, na qual à medida que se desenvolve as potencialidades das forças produtivas emerge um pólo de vasta miséria entre a classe trabalhadora (FARIAS; SILVA; ALMEIDA, 2015, p. 06).

Dentro do sistema capitalista, o assistente social, por sua vez, transita entre: atender o trabalhador e ser um trabalhador.

Para o serviço social, cujo lócus de atuação reside histórica e majoritariamente no campo das políticas sociais, é imprescindível a análise crítica sobre os fundamentos da “questão social”, bem como das particularidades que suas expressões assumem, nos diversos contextos nacionais, sob pena de reproduzir e ratificar os processos acima identificados e que comumente atravessam o trato das manifestações na “questão social”, na ordem burguesa – a “psicologização”, a “naturalização” e a “moralização” (DANTAS *et al.*, 2020, p. 252).

Ao longo da explanação desse estudo sobre o processo de trabalho na contemporaneidade identificamos que seus determinantes econômicos, políticos e sociais estão vinculados à contradição da produção capitalista. O serviço social atua justamente nessa teia de relações. Dessa forma GUERRA *et al.* (2007, p. 253) explicita que:

Estamos convencidos de que apenas a análise crítica e arrojada dos fundamentos que enfiaram a “questão social” pode suprimir falsos entendimentos sobre ela, bem como favorecer a intervenção profissional competente e afinada com os princípios ético-políticos que defendemos.

Mediante a discussão apresentada faz-se necessárias investigações qualitativas, quantitativas e contínuas, acerca dos impactos do trabalho na vida do trabalhador e principalmente da população fadada ao pauperismo, afim de suprir dados para conduzir a elaboração de política públicas e sociais capazes de minimizar as sequelas, constantemente, geradas pelo capitalismo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovani. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. p. 39-55. In: AMARAL, ANDRÉ Luís Vizzaccaro; MOTA, Daniel Pestana; ALVES, Giovanni (Organizadores). **Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI**. São Paulo: LTr, 2011. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/download/3019/2189>. Acesso em: 06 nov. 2023.

AMARAL, George. A categoria trabalho em Marx: alguns apontamentos sobre sua centralidade ontológica. UNESP: Seminário internacional teoria política do socialismo, 2014. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/viseminariointernacionalteoriapoliticadosocialismo/a_categoria_georgea.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** — ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BIZERRA, Fernando de Araújo. **Trabalho e ser social: uma relação genética**. UFSC: Seminário nacional de serviço social, trabalho e política social, 2015. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/04/Eixo_1_198_2.pdf. Acesso em 20 dez. 2023.

COUTINHO, Maria Chalfin. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2009, vol. 12, n. 2, pp. 189-202. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v12n2/a05v12n2.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

COLMAN, E. D.; POLA, D. K. Trabalho em Marx e Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 179–201, 2009. DOI: 10.5433/1679-4842.2009v12n1p179. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10058>. Acesso em: 04 jan. 2024.

DANTAS, Marcos; BONONE, Luana; FIGUEIRA, Monique; GUEDES, Rodrigo; OLIVEIRA, Tiago de. Sobre o conceito de trabalho - uma leitura nos Grundrisse, de Marx. **Revista Princípios** nº 159 jul.-out./2020. Disponível em: <https://revistapricipios.emnuvens.com.br/principios/article/download/15/8>. Acesso em 21 dez. 2023.
GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIS, Juliana Carla da Silva. **Os fundamentos do trabalho em Marx: considerações acerca do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo**. UFSC: Seminário nacional de serviço social, trabalho e política social, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180604/Eixo_1_250.pdf?sequence=1. Acesso em 18 dez. 2023.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima Grave; SANTANA, Joana Valente; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. **Elementos para o debate contemporâneo da “questão social”**: a importância de seus fundamentos. 241R. Pol. públ., v. 11, n. 2, p. 237-255, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321129122012.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2024.

FARIAS, Rielly Tenario Marinho; LIMA, Layana Silva; ALMEIDA, Kamilla Karinne de Oliveira. **Processo de trabalho na sociedade capitalista**: Apontamentos sobre a questão social. UFSC: Seminário nacional de serviço social, trabalho e política social, 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/04/Eixo_1_248.pdf. Acesso em 18 jan. 2024.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2004a.

IAMAMOTO, Marilda V. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. Trajetória e desafios. Conferência inaugural do XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, San José, Costa Rica, 2004b. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-001.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

IAMAMOTO, Marilda V. O trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche. In: **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9ª Ed. São Paulo, Cortez, 2011, p. 414-452.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**, 50(1). 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3436>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SABADINI, M. DE S. **A teoria do valor trabalho em Marx**: a mercadoria e a crítica da crítica à centralidade do trabalho. Caderno CRH, v. 36, p. e023006, 2023. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/vx8dh5Yn3Smw7NRjFwcnYyp/>. Acesso em 12 dez. 2023.

SILVA, C. O.; BANDEIRA, D. M.; SILVA, I. S.. **Questão social**: uma compreensão sobre os seus significados. UECE: IV Seminário CETROS -Deodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 2013. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17235-08072013-175927.pdf. Acesso em: 24 fev. 2024.

Universidade Federal de Ouro Preto, Sistema de Biblioteca e Informação. **Guia para normalização de trabalhos acadêmicos** / atualização e ampliação: Cristiane Maria da Silva, Flávia Cristina Miguel Reis, Sione Galvão Rodrigues, Sônia Marcelino. 3 ed. Ouro Preto: UFOP, 2023.